



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 541133 - PR (2019/0316315-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
REGINA YURICO TAKAHASHI - PR013315
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ROSINEI DELFINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PACIENTE EM REGIME FECHADO. PLEITO DE PRISÃO DOMICILIAR ESPECIAL (FILHOS MENORES). SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO PROGREDINDO A PACIENTE AO REGIME ABERTO. ALTERAÇÃO FÁTICO-PROCESSUAL. PERDA DO OBJETO.

Writ prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Rosinei Delfino**, em que se aponta como autoridade coatora a Quarta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná, que negou provimento ao Agravo em Execução n. 0013106-51.2019.8.16.0031/PR, nos termos da seguinte ementa (fl. 18):

AGRAVO EM EXECUÇÃO - INDEFERIMENTO DE PRISÃO DOMICILIAR - RECURSO DA DEFESA. PEDIDO DE REFORMA - ALEGAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA PRISÃO DOMICILIAR - IMPROCEDÊNCIA - SENTENCIADA CONDENADA A CUMPRIR PENA EM REGIME FECHADO - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - FATO DE POSSUIR FILHOS MENORES DE 12 ANOS QUE POR SI SÓ NÃO AUTORIZA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO NÃO PROVIDO.

Aqui a defesa alega constrangimento ilegal consistente no impedimento, por parte do acórdão impugnado, *do cumprimento de pena em caráter domiciliar conquanto haja precedente do Supremo Tribunal Federal em sentido oposto, com vistas ao que foi proferido no HC 143.641/SP, bem como os precedentes deste STJ* (fls. 4 e 5).

Aduz-se que a paciente tem dois filhos pequenos, 6 e 10 anos de idade, portanto, cabível a fixação da prisão domiciliar especial, sobretudo porque seria a melhor interpretação do art. 318, V, do Código de Processo Penal.

Postula-se, ao final, a concessão liminar da ordem para que seja cumprida pena em regime especial domiciliar (fl. 16).

Liminar indeferida (fls. 58/60).

Informações prestadas (fls. 66/72 e 76/133), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pelo não conhecimento do *writ* (fls. 135/141).

É o relatório.

O *writ* perdeu seu objeto.

Isso porque, as informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem dão conta de que, em 13/1/2020, nos Autos n. 0020481-74.2017.8.16.003, foi proferida decisão progredindo a paciente ao regime aberto, fato que esgota a pretensão contida na presente impetração, em virtude da alteração do cenário fático-processual.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator